

O Silêncio da Universidade. Que Futuro?

José Veiga Simão

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 107-115

O Silêncio da Universidade, Que Futuro?

José Veiga Simão

Reunimo-nos aqui hoje na Faculdade de Letras da Universidade do Porto pelo motivo da aposentação do Professor Luís de Oliveira Ramos, cujo notável perfil foi traçado com mestria pelo Prof. Ribeiro da Silva. Aproveitando esta ocasião a Faculdade tomou a iniciativa de conversarmos sobre *o futuro da Universidade*, tendo como pano de fundo a *historiografia recente em Portugal* e o *futuro da História*, temas expostos respectivamente pelos Prof. António de Oliveira e Oliveira Jorge, com o saber dos que dominam, ensinam e investigam tais conhecimentos, essenciais para a compreensão do nosso modo de estar no mundo.

O meu tema - *O Silêncio da Universidade: que futuro?* - e as breves reflexões que vou pôr à vossa consideração são mais o resultado de preocupações e de interrogações derivadas do estado do mundo actual em que tudo parece fluido, transitório, em mudança.

E talvez por isso sentimos que na viagem da vida muitos de nós procuram amarras que nos dêem segurança e confiança.

Daí que legitimamente nos interroguemos sobre *Que futuro para Portugal?*

Uma coisa aparece como certa. Nenhuma resposta criadora terá solidez e será entendida pelos portugueses, designadamente pelas novas gerações, se não soubermos aproveitar com inteligência as lições da vida de obreiros do nosso País, dos que souberam pelo seu estudo, com amor e competência, dar um contributo real para as *Capelas Imperfeitas* dum devir, por definição, sempre inacabado. Oliveira Ramos está pela sua vida e pela sua obra na História e na Universidade entre os obreiros dum saber que é peça imprescindível do futuro e que transpôs, para orgulho de todos nós, as fronteiras portuguesas, hoje quase-imaginárias, encontrando-o nas Universidades Europeias, no Brasil e em instituições internacionais como a OCDE, a UNESCO e o Conselho da Europa.

É nestas circunstâncias e pelas razões implícitas que, após ter aceite o honroso convite do Prof. Ribeiro da Silva não deixei de me repreender em *silêncio interior* pela minha ousadia por vir, nesta cerimónia, falar do *silêncio exterior* da Universidade perante desafios individuais e colectivos com que nos defrontamos neste início do milénio.

Afinal os historiadores até sabem, melhor do que ninguém, que muito do Futuro não será mais do que Passado com outra roupagem.

Mas é mais avisado não ir por esse caminho perigoso, nem mesmo entrar em domínios interdisciplinares de aliança entre a Ciência e a Cultura, embora neles me pudesse encontrar mais à vontade, dada a partilha de saberes necessária para a compreensão da Origem da Vida, da Origem do Universo e da Estrutura da Matéria - recordando que o meu primeiro artigo científico foi publicado em 1952 na *Revista Humanitas* glizando o tema "*A Física Atómica e os Gregos*".

De qualquer modo, nas reflexões que vou produzir sigo a máxima de Einstein: *As equações são mais importantes para mim, porque a política é do presente e uma equação é qualquer coisa para a eternidade.*

Sendo assim limito-me a definir os temas da equação que relacionam o silêncio da Universidade com os problemas do futuro.

Para equacionar esses problemas começo por vos transmitir algumas ideias que tive ocasião de sintetizar numa recente intervenção num seminário sobre o tema *No Limiar da Inovação* intitulada *O engenho e a ambição dum Portugal Competitivo. Onde está a esperança?*

Disse eu nessa altura:

Uma forma de tratar este tema seria a de procurar exemplificar a escassez do nosso engenho nas últimas décadas, de condenar a falta de ambição no presente e de, perante a frieza de indicadores universalmente aceites, transferir para outros, a justificada preocupação de sermos o único País da Europa dos 15, que integramos a "terceira e última" divisão dos 50 Países mais desenvolvidos do Mundo.

Para explicar tal situação, não seria necessário, obviamente, mais do que reiterar a ideia de que as reformas estruturais continuam a ser adiadas, tanto por falta de engenho, como por receio de enfrentar desafios com resultados imprevisíveis, de ferir interesses instalados, pelo que não tem sobrado coragem para os governantes tomarem decisões esclarecidas.

Para fundamentar estas conclusões não é necessário recorrer a análises de economistas, a pareceres de juristas ou a glozar o comportamento público de alguns políticos, nem explicar as causas dessa situação por doenças de pequenez, por refúgios na subsídio-dependência, por escondidelas na cobardia e no anonimato, enfim, por constatarmos que existem portugueses em demasia a preferir a habitação em margens de ribeiros poluídos sem quererem saber do rio principal...

Para compreender tudo isto, bastava procurar consolação nos dizeres de Camões:

*"O favor com que mais se acende o engenho
não no dá a Pátria, não, que está metida no
gesto da cobiça e na rudeza duma austera,
apagada e vil tristeza".*

Há, porém, uma conclusão que emerge com evidência lumiar: continuamos a semear dificuldades na criação de elites capazes de acender o engenho e de iluminar o estudo, apesar de reconhecermos que, em democracia, a construção e a evolução dum País reside na harmonia do binómio estudo-engenho, que favorece o pensamento criativo e proporciona o trabalho produtivo e inovador.

Camões soube, aliás, chamar-nos a atenção para a "faculdade conceptual", para a "arte de dizer" e para a "conclusão da Obra", podendo proclamar sem reбуço:

*"Nem falta na vida honesto estudo com
longa experiência misturado nem
engenho, que aqui vereis presente cousas
que juntas se acham raramente".*

Apesar de tudo, é salutar constatar, como verdadeiro que, ainda hoje, estudo e engenho se encontram separados no nosso País e que ainda não se encontraram bem na plenitude da criação. Talvez porque o engenho se tenha perdido em demasia nas levas sucessivas de que a nossa História dá conta... Talvez porque nunca elegemos como aposta decisiva, com tempo marcado, a observação científica e cultural e as aplicações técnicas dos conhecimentos que dominamos...

Neste contexto, tem sido fácil, ao longo dos anos, caricaturar Portugal, até por que, mesmo em democracia, por razões de urgências, ora reais ora artificiais, ainda não fomos capazes de definir um modelo de desenvolvimento que dê por findo *o divórcio entre a Escola e o Trabalho, entre as Universidades e as Empresas, entre a igualdade da oportunidade e o mérito de quem trabalha*, preferindo satisfazer-nos com imagens estereotipadas de Portugal, ora apresentando-o como *País de analfabetos*", ora como *"País de Doutores"*. Se houvesse estudo e engenho, facilmente se compreenderia que a passividade colectiva deriva, em parte, de voluntarismos ideológicos que produziram leis com misturas de modelos educacionais incompatíveis, como o napoleónico-latino e o anglo-saxónico; deriva das importações inconsequentes de anos cívicos, da minimização social do ensino técnico e politécnico, do endeusamento dum misterioso Plano consagrado a certa altura na Constituição - e que, ainda hoje, tem Grandes Opções mas não tem Orçamentos plurianuais -, e da adesão ora a socialismos primários ora a liberalismos selvagens, sacrificando algumas vezes a utopia e a frescura do sonho...

Na turbulência de avanços e de recuos, uma ideia vem emergindo com realismo:

- Portugal não pode competir entre as Nações na produção de massa ou na abundância de serviços, dependentes de majestáticas empresas e instituições; o futuro está no *Portugal, País de Qualidade* e, aí, a questão crucial é a de saber se *os portugueses terão engenho para vencer o complexo desafio do desenvolvimento sustentável, melhor dizendo, do equilíbrio entre a pessoa humana e a Natureza, lançado no pátio da entrada do Século XXI...*

Nesse desafio é imprescindível ter presente que a visão puramente economicista dum mercado sem regras de justiça social, conduzirá inevitavelmente o País a uma estação de serviços, misto de terras desertas no interior e de fábricas de acessórios no litoral, misto de colónias de férias e de hospícios da terceira idade para a classe média europeia...

O "engenho", nesse caso, teria âmbito reduzido, como consequência duma política que nos limitaria a futuros dominados por "novas classes", a comandar "tráficos de influências", *SL* maximizar "negócios de importações, autorizações e licenciamentos..", a jogar na *especulação do imobiliário* e na *limitação da informação...*

Ora, a esperança ainda se encontra nas elites portuguesas que se irmanam com o estudo e o trabalho, que cultivam o espírito de risco como base da criatividade e inovação, que não querem ser símbolos de vida fácil e *que condenam os muros de riqueza à porta de ilhas de pobreza...*

A construção dessa tríade Estudo-Engenho-Trabalho espera pelos portugueses que queiram vencer os desafios da Europa, da Comunidade dos Povos da Língua Portuguesa e do Mundo.

Mas aqui impõe-se seleccionar caminhos que, ao contrário dos recentemente percorridos, onde a exagerada especialização e as delgadas fatias de saber constituem o grande objectivo duma Escola sem valores, estejam virados para a interdisciplinaridade, para a profundidade do saber e para a sua unidade teleológica.

Por isso, as tecnologias horizontais da informação, os computadores, a engenharia genética, a filosofia teórica e experimental da Ciência e da Arte, passaram a ser instrumentos dessa unidade de saber. O Estudo e o Engenho associam-se, assim, ao binómio criativo da Ciência com a Cultura, tendo como pano de fundo o desafio global do Ambiente.

Um desafio que se traduz em angústias legítimas e que obriga o engenho português a colocar-se ao serviço da Qualidade e da Excelência e a mobilizar a vontade dos portugueses em participar na Europa, *fortalecendo a vertente atlântica como mais valia para aquela*, o que nos leva a exigir a nós próprios uma postura diferente na política da cooperação e a preocupar-nos de forma empenhada em Timor, na Guiné, em Angola e em Moçambique, que continuam a figurar nos relatórios das Nações Unidas, como exemplos de rotura social e humana.

Parafraseando João Paul II, no *"Atravessar o Limiar da Esperança"*, a ambição pelo futuro não é a promessa de sucessos fáceis e, os valores a preservar, embora não sejam mensuráveis em números, têm de se integrar em cartas do progresso.

Por tudo isto, mais do que o Estado, devem ser as instituições, designadamente as que arvoram bandeiras de independência de pensamento e de autonomia, que devem cultivar a liberdade de criação e de actuação, recusando ligações sectárias, que, em última análise, são contrárias à sua essência. É por isso que as Universidades e as Instituições de Investigação, como casas das ideias e dos saberes, não devem ser sujeitas a autoritarismos de pensamento, dando-lhes espaço para a criação, para associarem a juventude à esperança e para cultivarem a personalidade na diversidade.

Afinal, é nas Universidades que devem estar presentes as sementeiras do futuro, a garantia de que as gerações jovens não são atrofiadas pelo mercantilismo, o qual destrói sentimentos naturais de solidariedade e as empurra para conquistas de emprego em universos marcados por vícios e compadrios, sem ideais.

As nesgas que nos iluminam neste mundo em turbulência global continuam, pois, a manifestar-se:

1. *Na Ciência*, que será sempre indomável, criando oportunidades de fuga a controles do poder político, muito embora os governos estejam a domar a tecnologia; espera-se, sempre, que, com a liberdade em perigo, a Universidade invente instrumentos de defesa do cidadão perante o Estado;

2. *Na Ciência*, definida por Hans-Georg Gadamer, como instrumento fulcral que deu forma à Europa no seu ser e devir histórico, sendo certo que, nela, a figura da Ciência desembocou numa formação cultural autónoma e dominante;

3. *Na Esperança* de que a Europa seja para os portugueses uma "oportunidade" de criação e de participação; como diz Eduardo Lourenço, *nenhuma barca europeia está mais carregada de passado do que a nossa, pelo que não devemos hesitar em levar para o futuro o nosso passado, pois que fomos futuro e por tê-lo sido continuamos sendo-o.*

Os portugueses devem, pois, colocar-se na Europa com a visão criativa da globalização de que fomos mestres nos Descobrimientos. O futuro de Portugal foi, desde cedo, o lá fora, a distância nossa e alheia. Foi a Índia, o Brasil, a África e recentemente a vários títulos, é a Europa. Não vamos sós, os Infantes e os Gamas, os Camões e os Vieiras, já pagaram por nós essa viagem numa outra espécie do Futuro;

Nesse desafio da Europa como oportunidade e nunca como fatalidade, muito menos derivada da queda do Império, temos de aguçar o engenho, mobilizar a "inteligência nacional" que, mesmo nos ribeiros do nosso interior, ainda se move em espaços de realização limitados. E aqui situam-se as políticas de reformas estruturais, como determinantes na resolução dos problemas de produtividade, da competitividade, da inovação, da qualidade, extensivos a todo o País.

Para chegarmos a bom porto temos, porém, de entender o significado da emergência de um novo modelo de poder nesta sociedade do conhecimento. Ao poder político, ao poder económico, associa-se o poder dos media, já que a informação é um recurso estratégico imprescindível à competitividade entre nações.

Este novo modelo de poder só respirará saúde e só será respeitado se der origem ao fortalecimento da democracia participativa, ao triunfo do "poder condicionado", ao parceirismo criativo entre o Estado e a Sociedade Civil, sujeito a regras claras, rigorosas e transparentes, pelo que não deve desenvolver-se por caminhos estreitos de sectarismo, sob pena de se transformar num instrumento de mediocridade.

Como tenho referido noutras alturas, nada é mais válido na sociedade de hoje do que o fomento da civilidade (*civiness*) ou, como observa Robert Pitman, em "*Making Democracy Work*", no reconhecimento da necessidade de criar "*capital social*", bem mais difícil de criar do que o "*capital físico*" ou "*capital financeiro*", designadamente onde, na prática, não existe;

Na construção desse modelo de poder devemos integrar com imaginação uma mais valia da Europa, a que deriva da aliança criativa da Ciência e Tecnologia com a Cultura, pelo que na economia do conhecimento, a economia cultural desempenhará um papel determinante. As *empresas culturais* serão a face visível dessa mais valia, assumindo interesse particular nas regiões do interior que apostem fortemente na "*qualidade de vida*".

A esse modelo de poder deve corresponder uma nova visão estratégica do futuro.

Hoje em dia, todos os ramos da ciência e da cultura parecem querer demonstrar-nos que o mundo assenta em entidades delicadíssimas tais como as mensagens do ADN, os impulsos dos neurónios, os quarks ou os neutrinos vagueando no espaço...

A informática, em que o software comanda o hardware, actua sobre o mundo exterior e sobre as máquinas, através de programas cada vez mais complexos. A revolução tecnológico-cultural não se apresenta como as outras revoluções industriais com imagens esmagadoras de torres de aço, de grandes peças metalomecânicas, de fábricas de química de base, de grandes centrais nucleares, hidroeléctricas e térmicas. Esta revolução fala-nos de bits, de fluxos de informação que correm por circuitos sob a forma de impulsos electrónicos. As máquinas de ferro, de aço ou de novos materiais continuam, mas obedecem a bits sem peso.

A leveza opõe-se ao poder da massa.

O Século XX da motorização impôs a velocidade como um valor mensurável e os recordes marcaram histórias do progresso das máquinas e dos homens. A conquista do espaço, apesar de tudo, inseriu-se nesse mundo.

Mas a velocidade mental mais ligada à sociedade do conhecimento, não se pode medir do mesmo modo e não permite as mesmas comparações e corridas. A velocidade mental continua a valer por si, pelo prazer que provoca e nem sempre pela utilidade prática.

Um raciocínio rápido nem sempre será o melhor, mas comunica uma coisa especial que reside na prontidão. E, na vida prática, o tempo é uma riqueza de que devemos ser avaros, pois quanto mais tempo poupamos, mais tempo podemos perder.

A rapidez do estilo e do pensamento, a economia da narração e dos argumentos, querem dizer

agilidade, mobilização e desenvoltura e abertura para a imaginação o que permite ter tempo para compreender, investigar e *realizar* coisas maravilhosas.

O valor do risco é imprescindível perante as torrentes da informação.

Outro valor a cultivar é a exactidão, a qual rejeita a linguagem e a observação aproximativa, casual, descuidada...

É que, o uso da palavra, nem sempre aguça o engenho, pois transformou-se num turbilhão de linguagem que se manifesta como perda de força cognitiva, apaga a centelha que crepita do encontro das palavras com as novas circunstâncias...

A ideia de imaginação como comunicação, muitas vezes contrasta com a de imaginação como instrumento de saber, de acordo com o que, embora seguindo outras vias para além das do conhecimento científico, poderá coexistir com este último e até coadjuvá-lo. A imaginação para o cientista e para o criador literário ou artístico é um instrumento essencial de formulação de hipóteses. Por seu lado, a imaginação visual permite formar um campo de analogias, de simetrias e de contraposições. Mas unificar a geração espontânea das imagens com a intencionalidade do pensamento discursivo, nunca será fácil.

A interrogação que surge é a de qual será o futuro da imaginação individual na civilização de imagens? Como vamos reagir perante o dilúvio de imagens pré-fabricadas? É que a nossa memória ao ser bombardeada por uma imensa quantidade de imagens e, em particular, a dos jovens que ontem eram massacrados pela repetição livresca do ensino memorizante, podem, no futuro, transformar-se num depósito de imagens erráticas e avulsas.

Precisamos, pois, de definir uma "*visibilidade*", uma selectividade que resista à inflação das imagens de hoje.

Leveza, Rapidez, Exactidão, Visibilidade são valores da aliança da Ciência e Cultura, valores do terceiro milénio, que Ítalo Calvino tão bem proclama.

Por tudo isto, um desafio permanente é o de "*educar o engenho*", sem ferir a "*liberdade e independência de pensamento*", mas de modo a ter força para nos libertarmos das prisões burocráticas, tão do gosto das Administrações que temem a perda de competências, legadas por heranças e que, ora congelam ora cativam nas finanças, ora proibem ora convivem com a retroactividade na legislação, ora condenam ora perdoam a clandestinidade. Isso significa que, se o Estado não repensar a sua missão e se não modernizar, qualquer política de inovação está condenada ao insucesso. Os desafios entre o Estado e a iniciativa privada têm de ser aceites como forma de diálogo, orientado para a procura incessante da produtividade, da competitividade e da qualidade. A informação e a sua gestão, a formação qualificada e o empreendedorismo, quer no domínio público quer no domínio privado, são instrumentos decisivos do progresso que ambicionamos.

Ouvi, em tempos, um distinto empresário português dizer que um indicativo do progresso do País, da modernização da Administração e das empresas, poderia estar relacionado com o número de mestres e de doutores que se encontravam a trabalhar nas empresas. O ser doutor ou o ser mestre não é mais um luxo da sociedade que só diz respeito ao ensino superior; o ser doutor e o ser mestre deve significar, para a sociedade civil, dispor de agentes dinamizadores do processo de inovação como característica fundamental das suas organizações, para que tenham êxito. *São os mestres e doutores das novas Oficinas Técnicas e Culturais.*

Ora, os portugueses, acossados no bom sentido pelos países de Leste, com qualificação técnica humana mais valorizada, não podem perder tempo, antes devem saber introduzir essa variável - o tempo - no seu espaço de acção, pois que "*quem não realizar as coisas a tempo está perdido*", tanto mais que os portugueses têm o desafio adicional de "*recuperar o tempo perdido*".

Para que isso aconteça, existem alguns princípios sobre os quais a *Universidade se não deve silenciar* de modo a contribuir para o aumento de competitividade de Portugal entre as Nações e a fundamentar a esperança:

- *dar prioridade política ao investimento no conhecimento*, prioridade cada vez mais necessária por que a que tem imperado nos últimos quinze anos é a do investimento no "betão", a de "aquisição de equipamentos", esta associada em demasia à "importação e intermediação", o que não tem sido equilibrado por políticas de criação de saber e de software. Note-se que a diferença abismal entre o investimento no intangível entre os Estados Unidos e a União Europeia se traduziu em que, entre

1991 e 2000, o crescimento do PIB foi respectivamente de 28% e de 17%;

- *dar tratamento global ao binómio Educação-Formação*, que devia estar integrado num só Departamento de Estado, *Ministério da Educação e Formação*, o qual disporia apenas de serviços centrais leves, como que um "Brain Trust" de orientação, de concepção e de acompanhamento e, por isso mesmo, com uma dimensão muito inferior à do monstro actual. Acresce que ao não estruturarmos urgentemente a Educação e Formação ao Longo da Vida e se não privilegiarmos as parcerias estamos a condenar à morte laboral e cultural mais de três milhões de portugueses. A Universidade tem aqui um papel decisivo a desempenhar na faixa etária dos 25-50 anos.

- *eliminar a cegueira dos cortes horizontais nos Orçamentos*, o que significa haver coragem para fazer opções, porquanto os desvios acentuados dos *ratios* normais entre as despesas de pessoal e as despesas correntes, fomentam a ineficácia e incentivam a mediocridade, até justificando-a. Por outro lado, esta atitude selectiva obrigaria a eliminar os enormes desperdícios que se concentram, sob várias formas, na educação, na saúde e na Administração Central e que são, infelizmente, documentados em relatórios internacionais, através de indicadores;

- *procederá avaliação e medida da qualidade*, no desempenho de actividades e na consecução de objectivos institucionais, para o que é necessário aprovar "carteiras de indicadores" mensuráveis e universalmente aceites, que impulsionem para a recuperação de atrasos; uma avaliação sem consequências descredibiliza qualquer modelo de avaliação, mormente o contratualizante e nega-se a si própria.

- *orientar a acção por Cartas de Competitividade entre Nações*, tendo em conta conjuntamente a *performance* económica, a eficiência governativa, a eficiência empresarial e a acessibilidade e utilização de infraestruturas. A *Carta de Progresso da Inovação da União Europeia* revela com nitidez onde se situam as nossas principais fragilidades e sugere as medidas mais urgentes e necessárias;

- *apostar num profissionalismo exigente e exemplar*, a todos os níveis, adoptando programas estratégicos que valorizem a missão e funções institucionais assentes em fortes lideranças democráticas e audições rápidas dos órgãos de poder;

- *articular, como aliás diagnosticam os programas europeus de inovação, os sistemas de educação-formação, com os de ciência-tecnologia e os de inovação-competitividade*, de modo a alterar significativamente a ainda débil cooperação Universidade-Empresa.

- *introduzir dimensão europeia em sistemas, em actividades e fortalecer as sinergias*. A Declaração de Bolonha só tem sentido se com ela se repensar a racionalidade do sistema de ensino superior e se for dado significado real à circulação de pessoas e ao direito de estabelecimento do cidadão na União Europeia.

A Universidade tem-se mantido demasiado silenciosa perante a maioria destes desafios, apesar de vivermos um período onde se traçam os destinos do nosso País e em que está em jogo a identidade nacional. Julgo não ter sido assim noutros tempos desafiantes da nossa sociedade, mas nesse domínio estou em presença de mestres insígnies que têm dedicado o seu labor à história universitária portuguesa.

É certo que alguns professores participam hoje, activamente, nalguns estudos prospectivos e emitem opiniões de valor sobre a inserção da sociedade portuguesa na sociedade do conhecimento.

Espera-se porém que a Universidade abra as suas portas a debates institucionais e inter-institucionais e que aponte caminhos alternativos do progresso, apoiando, por essa via, os governos e políticos responsáveis. *Colocar a Universidade na frente da vanguarda do pensamento como consciência crítica da Nação, é um dever imperioso que nunca poderá ser cumprido por qualquer outra instituição nacional.*

E confesso que faz pena não sentir o pulsar da Universidade a influenciar uma visão estratégica para Portugal e a contribuir para a decisão fundamentada, os juízos de valor rigorosos e a legislação programática.

Ao contrário a Universidade parece ter caído nas ratoeiras das circunstâncias, obedecendo a um edifício legislativo contraditório quer na definição de princípios orientadores quer nos condicionalismos que determinam a criação das instituições, das unidades orgânicas e dos cursos, quer, ainda, no acompanhamento e controlo da qualidade, esta ligada recentemente à autonomia

constitucional, o que determina a fuga a indicadores seleccionados e dá origem a inaceitáveis desperdícios que não podem ser ignorados e que envenenam a opinião pública. Porém, esta breve intervenção pretende tão só enfatizar a ideia de que, *apesar de tudo, reside na Universidade o maior potencial criativo para uma Nação competitiva e inovadora.*

Uma recomendação deixaria no entanto. No mundo moderno em que a *qualidade é medida* não é possível conceber uma visão estratégica para qualquer sistema universitário, em que cada componente tenha uma missão e funções próprias, sem a existência de um Banco de Dados académico, científico, económico, financeiro e de impacto social, constituído por uma rede coerente de bases de dados integrando todas as instituições. Esse Banco vem sendo adiado desde 1995, cabendo a principal responsabilidade aos governos, que se propuseram, organizá-lo e disponibilizá-lo perante a sociedade em parceria com as Universidades.

Esse Banco facilitaria um *benchmarking* criterioso e seria essencial a uma internacionalização condigna com a tradição universitária portuguesa.

Num trabalho sobre a *visão estratégica do ensino superior para próxima década** que esperamos completar até fins de Junho com os Professores Sérgio Machado dos Santos e António Almeida Costa, abordamos a inserção do ensino superior na sociedade do conhecimento, as políticas básicas de mudança, o relacionamento do poder político com o governo académico e em particular novos modelos desse governo com abertura externa responsabilizante. Nele discutiremos os limites da autonomia, a inserção da Universidade na administração indirecta ou autónoma do Estado, a problemática do financiamento, de modo a incentivar a qualidade, a excelência, e a não permitir a mediocridade incentivada por perversidades que a fórmula de financiamento acarreta, afastando-nos de critérios de eficiência, de eficácia e de boas práticas. A organização e racionalização do ensino superior e a internacionalização do ensino transnacional e da investigação científica são outros temas abordados.

Um documento necessariamente polémico e que pretende, acima de tudo, *privilegiar a flexibilidade, a diversidade, a decisão oportuna, apelando para que a Universidade, com uma organização adequada à sociedade do conhecimento, deixe de olhar só para si própria e intervenha na construção do futuro do nosso País*, contribuindo para vencer os atrasos do passado, os do presente e os que já bloqueiam o nosso futuro.

Ideias utópicas? Para a Universidade penso que não.

É que como nos diz Eduardo Lourenço:

Não podemos falhar o futuro. Para isso, temos de ir com engenho ao seu encontro e inscrever na sua órbita imaginária, um destino, uma missão.

Uma missão que transporta a história e exige a ambição do sonho, com horizontes marcados, como o de ingressarmos numa década na primeira divisão da *Europa dos vinte e cinco.*

É uma exigência do passado. É uma exigência da História. É uma obrigação a cumprir no presente, perante as novas gerações. Como tudo, está tão perto e tão longe.

* O trabalho referido "Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década" foi publicado pela editora Gradiva, em Novembro de 2002